



SUMÁRIO

Capítulo I – INTRODUÇÃO	19
1. Retrospectiva histórica	19
2. Teoria geral da prova	24
3. A prova.....	25
4. Elementos da prova	32
5. <i>Onus probandi</i>	35
6. Classificação dos meios probatórios	38
7. A dinâmica da prova	39
8. O fulcro do estudo	41
9. Conceito etimológico	42
10. Conceito jurídico	42
11. Fundamento do testemunho	47
12. <i>Testis unus, testis nullus</i>	54
Capítulo II – O FATO.....	57
Capítulo III – AS FASES DA FORMAÇÃO DO TESTEMUNHO...	61
1. O CONHECIMENTO	62
1.1. A atenção e a compreensão como elementos integradores do conhecimento	75
1.2. Os limites da atenção	77

1.3.	Compreensão dos fatos.....	78
1.4.	O estado de espírito como fator preponderante para a perfeita percepção de um fato	80
2.	Conservação do conhecimento.....	80
2.1.	Sobre a declaração testemunhal sob o aspecto da intersubjetividade.....	87
3.	A declaração do conhecimento.....	90
3.1.	A declaração da testemunha como meio de comunicação	94
Capítulo IV – A LINGUAGEM		97
1.	Elementos da declaração testemunhal.....	98
2.	A declaração testemunhal sob o aspecto da veracidade.....	99
3.	Contradita.....	101
4.	O testemunho como declaração mentirosa involuntária	102
5.	A declaração testemunhal sob o aspecto da intersubjetividade...	107
Capítulo V – A TESTEMUNHA COMO ELO ENTRE O JUIZ E O <i>THEMA PROBANDUM</i>		111
Capítulo VI – A ORALIDADE DO TESTEMUNHO.....		119
1.	A importância da oralidade e suas exceções.....	119
2.	Oitiva das testemunhas em separado.....	124
Capítulo VII – A FALHA DA PROVA TESTEMUNHAL E ANTIGOS CRITÉRIOS PARA A OBTENÇÃO DA VERDADE OBJETIVA.....		127
Capítulo VIII – CAPACIDADE PARA SER TESTEMUNHA		131
1.	Introdução	131
2.	Os doentes e deficientes mentais	135
3.	Os menores de 14 anos	137

4. A senectude	142
5. Apresentação da testemunha	143
6. A convocação da testemunha militar e do funcionário público...	144
7. O momento em que o sujeito adquire a qualidade de testemunha	144

Capítulo IX – O FUNDAMENTO DO DEVER DE TESTEMUNHAR..... 147

1. Deveres da testemunha	149
2. Veracidade do depoimento.....	154

Capítulo X – EXCEÇÕES AO DEVER DE DEPOR..... 159

1. Fundamento da exceção de depor em razão do parentesco.....	159
2. Elenco dos parentes que podem gozar dessa isenção	162
3. O momento em que o sujeito adquire, para o processo penal, a qualidade de parente	165
4. Imunidade dos congressistas para servir de testemunha	167
5. Imunidade dos agentes diplomáticos e consulares.....	168

Capítulo XI – PROIBIÇÃO EM RAZÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL..... 169

1. Definição de segredo	170
2. Fundamento do segredo profissional.....	171
3. Faculdade de depor	172
4. Quais os sujeitos que podem invocar tal prerrogativa.....	174
5. Abstenção de depor em razão do segredo confessional – fundamento	176
6. O promotor de justiça está proibido de depor como testemunha, caso tenha funcionado no processo, ainda que como fiscal da lei.....	180
7. Juiz de direito que presenciou os fatos investigados	181

8. Testemunhas de “beatificação”	182
9. A palavra da vítima.....	182
10. A palavra do corréu	183
11. Informações de delinquentes	184
Capítulo XII – DA ACAREAÇÃO	185
1. Conceito e características	185
2. O comportamento e as reações humanas	189
Capítulo XIII – SOLUÇÕES UTÓPICAS PARA A DESCOBERTA DA VERDADE	193
Capítulo XIV – O TESTEMUNHO COMO MEIO DEMONSTRATIVO DA EXISTÊNCIA MATERIAL DO ILÍCITO PENAL...	197
Capítulo XV – FALSO TESTEMUNHO	201
1. Características	201
2. Natureza jurídica	202
3. Procedimento	204
Capítulo XVI – LEI DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E ACUSADOS COLABORADORES	211
1. Considerações iniciais.....	211
2. A lei n. 9.807/99 e a colaboração premiada.....	214
3. Considerações sobre a lei n. 13.608/2018	216
Capítulo XVII – DA COLABORAÇÃO PREMIADA	219
1. Introdução	219
1.1. Sistemas penais	219
1.2. Teoria da pena	224
1.3. Reflexões sobre o cárcere	231

2.	Colaboração premiada e delação premiada	244
3.	Histórico	247
3.1.	Influências do direito norte-americano.....	254
3.2.	Influências do direito espanhol.....	257
3.3.	Influências do direito italiano	259
4.	A colaboração premiada no Brasil	268
5.	Princípios norteadores	272
5.1.	A questão do sigilo.....	277
6.	Natureza jurídica	281
7.	A formalização do acordo	283
7.1.	Considerações iniciais	283
7.2.	A imparcialidade do magistrado.....	284
7.3.	Participação da vítima	289
7.4.	Características	290
7.4.1.	Celeridade	291
7.4.2.	Vontade livre e consciente	291
7.5.	Procedimento	292
7.5.1.	A proposta de acordo.....	298
7.5.2.	O condutor da negociação.....	299
7.5.3.	A negociação.....	302
7.5.4.	A homologação do acordo.....	308
7.5.4.1.	Natureza jurídica.....	316
7.6.	Foro por prerrogativa de função	317
8.	Impugnação	317
9.	Retratação, rescisão e anulação	318
10.	Ponderações trazidas à luz do instituto em questão	319
11.	A colaboração premiada nos crimes praticados por organiza- ção criminosa	324
12.	Operação mãos limpas x operação lava jato	339

Capítulo XVIII – CONCLUSÃO	343
BIBLIOGRAFIA	359